



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**Rua do Acre nº 80 - sala 604 - Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000**  
**Telefone/Fax: 2282-8682 -2282-8016**

## **E D I T A L**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2015**

Proc. nº TRF2-EOF-2015/00309

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2015/307 de 15.09.2015, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico**, realizado por meio da internet, no site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O certame será regido pelas disposições da Lei 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei 8.666/93, da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, do Decreto 6.204/07 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	
<b>Data: 30 de NOVEMBRO de 2015</b>	<b>Horário (de Brasília): 13h00</b>
<b>Local: <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a></b>	

Faz parte deste Edital:      Anexo I - Termo de Referência;  
   Anexo II - Modelo Certificado de Vistoria;  
   Anexo III - Modelo de Composição de BDI;

1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para adequação, tratamento e pintura das instalações prediais da área do Centro Cultural Justiça Federal, localizado na Av. Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro - RJ**, conforme especificações definidas neste Edital e seu Anexo I - Termo de Referência.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a apenas um licitante.

#### **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da



Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do *site* [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

2.1.1 - A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, o licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

2.3.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa);

2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.

2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.

2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentadas deverão estar autenticadas por Tabelião de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.



- 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
  - 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
  - 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, contendo as especificações



detalhadas do objeto ofertado, no **VALOR GLOBAL**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.

- 4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:** A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - **Descrição detalhada dos serviços**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência – Anexo I deste edital;
- 5.6 - **Preços unitários e totais** (deverão ser cotados com apenas duas casas decimais, sendo as demais desprezadas), em algarismo e por extenso, em moeda nacional, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, apresentada no Anexo I – Planilha de Preços deste edital;
- 5.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.
- 5.7 - Planilha Orçamentária, conforme modelo anexo a este Edital;
- 5.8 - Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;
- 5.9 - Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não serão repassados à Administração, não podendo, portanto, ser incluídos na proposta apresentada.



- 5.10 - **Prazo de validade da proposta:** não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.
- 5.11 - **Prazo de execução dos serviços** será de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à retirada da nota de empenho, e deverá contemplar todas as fases de execução, desde a mobilização passando pelas atividades previstas no projeto, até a desmobilização e limpeza final;
- 5.12- **Prazo de garantia** dos serviços será de, no mínimo, 03 (*três*) anos, a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, e o prazo de garantia dos materiais será de no mínimo, 01 (*um*) ano;
- 5.13 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.10 a 5.12 considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.14 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet ou do e-mail [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682.
- 5.14.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.15 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.16 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.17 - No caso de haver divergência entre a descrição do código do produto no COMPRASNET e o disposto no **Anexo I - Termo de Referência**, a licitante deverá obedecer a este último.
- 5.18 - Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.18.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.
- 5.18.2 - não atenderem às exigências deste Pregão.



## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

- 6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.5 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.6 - Os preços serão fixos e irrevogáveis.
- 6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;
- 6.8 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.

## **7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)**

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **VALOR GLOBAL**, sob pena de desclassificação da mesma.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.



- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (*trinta*) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.8 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste Edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.10 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, às lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (*dez*) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 7.12 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto no 5.450/05.

## **8 - DO PROCEDIMENTO**

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR VALOR GLOBAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por



microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR VALOR GLOBAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade





jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 8.12 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

## 9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - A **habilitação** da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF**, para verificação da validade dos documentos abaixo:

9.1.1 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014), alterada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1821/2014.

9.1.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF**), dentro da validade;

9.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, dentro da validade;

9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, dentro da validade;

9.1.5 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.1.6 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.

- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.

9.2.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;



9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente;

9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 - SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.3 - Apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

#### **9.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.4.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

9.4.1.1- A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica, devidamente registrado no CREA, que ateste que a licitante esteja prestando ou tenha prestado serviços de pintura predial em área igual ou superior 600 m².

9.4.2 - Certidão de pessoa jurídica expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, comprovando habilitação da licitante para a execução dos serviços objeto da licitação e o seu atual quadro de responsáveis técnicos.

9.4.2.1- Indicação do responsável técnico, dentre os arrolados na certidão de que trata o subitem anterior, que será o detentor de ART por todos os serviços a serem desenvolvidos.

9.4.2.2- O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa na data da entrega dos envelopes, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social e o prestador de serviços em contrato escrito firmado com a licitante.

9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.



- 9.6 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (*cinco*) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.8 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.7, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalização do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.
- 9.9 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282-8016 ou para o endereço eletrônico [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.9.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº \_\_\_\_.

## 10 - DA VISTORIA

10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes.

**10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.**

10.3 - As visitas poderão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 15:00 horas e poderão ser agendadas pelo telefone (21) 3261-2562.

10.4 - O endereço do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF é Avenida Rio Branco, nº 241, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

10.5 - O atestado de visita técnica constante do Anexo II deverá ser preenchido com os dados da empresa e impresso em duas vias, que deverão ser levadas no dia e horário da visita técnica.



**11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes da aquisição dos materiais, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRes	Elementos de Despesa
02.061.0569.4257.6013	085.389	3.3.90.39.16

## **12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO**

12.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "*homepage*" do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento", e no *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando as licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (*três*) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

12.3.1 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

12.3.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## **13 - DOS RECURSOS**

13.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



- 13.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 13.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 13.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

#### **14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 14.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, **na Rua Dom Gerardo nº 46, 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.**
- 14.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 14.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, a qual deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem 14.3 ou quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais a ela adjudicados, conforme



especificações e condições contidas neste Edital e seu Anexo e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.

## 15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, o objeto da presente licitação será recebido mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

15.1.1 - **Provisoriamente** - imediatamente depois de efetuada a conclusão do serviço, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações do Pregão;

15.1.2 - **Definitivamente** - no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais;

15.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os produtos foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

15.3 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

15.4 - Após a retirada da nota de empenho, o TRF-2ªRG designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

## 16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado após a conclusão do serviço, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;

16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.



**16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras, situado na Rua Dom Gerardo, 46, 12º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, em 02 (duas) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.jus.br.**

16.3 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela In RFB nº 765 de 02.08.2007;

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à contratada para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

## **17 - DAS PENALIDADES**

17.1 - A Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.





17.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:

17.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.

17.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

17.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

**17.6** - Caso as multas previstas nos subitens 17.4.1 e 17.5 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobradas judicialmente, se for o caso.

**17.7** - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

17.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.

17.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

17.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.

17.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à adjudicatária, na forma da lei.





- 17.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.
- 17.13 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º, do art. 57, da Lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

## **18 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 18.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 18.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "*Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento*", e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), opção "*visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos*", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
- 18.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 18.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.
- 18.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 18.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 18.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 18.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2015.

Rubens Ferraz de Araujo  
Pregoeiro Substituto



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2015**  
**Proc. nº TRF2-EOF-2015/00309**

**1. Objeto:**

Contratação de empresa especializada para adequação, tratamento e pintura das instalações prediais da área do Centro Cultural Justiça Federal, localizado na Av. Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, conforme especificações previstas neste Anexo I.

**2. Especificação dos serviços:**

2.1 - As Tintas deverão ser as especificadas abaixo. Tintas similares somente serão aceitas se comprovadamente permitirem a mesma tonalidade de cor da tinta especificada pela restauração do CCJF e aprovada pelos órgãos federal, estadual e municipal. Deverão ser observados também os compostos das tintas, que deverão respeitar as especificações deste anexo, por estarem de acordo com a restauração do CCJF.

- A. Verniz antipichação poliuretano alifático brilhante fosco de alta performance e bi-componente, rendimento de 60 m<sup>2</sup>/ gl/ demão ou superior com secagem ao toque em 20 minutos e 1 hora entre demãos. Incolor e sem brilho. Referência Verniz Anti Pichação da Sherwin Willians ou similar;
- B. Látex Premium Acetinado PVA cor código S154 ref 1127 cor Papel Picado B148 ou Ref. Suvinil Clásica Maxx ou similar;
- C. Látex Premium Acetinado PVA Linho Ref. 1135 Cor Lamparina Código V100 da Suvinil ou similar;
- D. Acrílico Premium Fosco Tico Tico D378 Suvinil ou similar.
- E. Branco Neve PVA Suvinil ou similar;
- F. Liquibase ou selador de rebocos Suvinil ou similar;
- G. Massa corrida PVA de primeira linha Suvinil ou similar;

2.2- A pintura terá os seguintes quantitativos:

Produto A - Uma demão de bi-componente em 210 m<sup>2</sup> de paredes;  
Produto B - Duas demãos em 16 m<sup>2</sup> de vigas;  
Produto C - Duas demãos em 1234 m<sup>2</sup> de paredes;  
Produto D - Duas demãos em 460 m<sup>2</sup> de paredes;  
Produto E - Duas demãos em 380 m<sup>2</sup> de tetos;  
Produto F - Uma demão em 1614m<sup>2</sup>de paredes;  
Produto G - Uma demão com regularização em 160 m<sup>2</sup> de paredes e tetos;

Nas áreas acima foram descontadas as áreas dos vãos de portas e janelas e somadas as áreas dos recortes, bonecas e arestas.

2.3- Os ambientes e áreas a serem pintados serão os seguintes:



2.3.1 - O prisma da claraboia do CCJF, com 16 metros de altura por 6 metros de largura, 4 pavimentos de circulações dos pavimentos com 52 metros de perímetro e 5,7 metros de altura em cada pavimento, um muro externo de 70,25 metros de comprimento por 1,5 metros de altura nos dois lados e beiral no quarto pavimento com 16 m<sup>2</sup>. Os tetos serão emassados e pintados com tinta PVA branca, duas demãos, 380 m<sup>2</sup>.

2.3.2 - As pranchas de desenhos no Anexo identificam os locais a serem pintados.

2.3.3 - No prisma deverão ser utilizados andaimes fachadeiros tipo QTE 1,00 x 2,00 da Jirau ou similar, chumbados na parede com parabolts, com dois níveis de plataforma. O vão possui 16 metros de altura de um lado e 14 metros no outros, com 6 metros de largura, resultando em 32 quadros de andaime QTE ou similar com diagonais de 2 metros. Deverá se efetuado um lado, desmontado o andaime e, então efetuado o outro lado, para possibilitar a passagem de pedestres embaixo.

2.3.4 - As 4 circulações dos pavimentos deverão usar um andaime em quadros tipo QTW da Jirau ou similar, com diagonais de 2 metros e desmontados entre as portas, para possibilitar o acesso às mesmas, bem com passagem interna por eles. Serão utilizados 26 quadros com 52 sapatas e uma plataforma de madeira. Todo o piso deverá ser forrado com madeira antes da colocação dos andaimes.

2.3.5 - O serviço consistirá na remoção de partes soltas com espátula e lixação, uma demão de seladora e uma demão de massa PVA, regularização com lixa, duas demãos de tinta e, no caso do muro externo, uma demão de verniz antipichação.

2.3.6 - As áreas dos tetos deverão levar massa PVA e tinta PVA branco neve.

2.3.7 - O acabamento final deverá possuir a mesma tonalidade de cor das demais paredes que se encontram pintadas no CCJF, devendo ser repintadas, sem custo adicional para o contratante, as que apresentarem tonalidades diferentes ou falhas de execução, tais como respingos, gotas, recortes desalinhados, protuberâncias etc.

2.3.8 - A segunda demão deverá cobrir completamente a superfície, devendo a tinta ser diluída o mínimo possível. Caso não ocorra a cobertura total com a segunda demão, deverão ser dadas tantas demãos quanto necessário para a perfeita cobertura.

### **3. Obrigações da contratada.**

3.1. As condições e requisitos técnicos aqui estabelecidos deverão ser obedecidos pela CONTRATADA na execução dos serviços de acordo com as Normas Técnicas Brasileiras ou ainda por aquelas que porventura venham a substituí-las, servindo, inclusive, de documento hábil à ação de Fiscalização. A CONTRATADA, deverá se responsabilizar pelo conhecimento total e perfeito de todos os serviços e das condições locais da edificação.

3.2. Para a execução de qualquer tipo de pintura, deverão ser observadas as seguintes diretrizes gerais:



- 3.2.1- As superfícies a serem pintadas serão cuidadosamente limpas, escovadas e raspadas, de modo a remover sujeiras, poeiras e outras substâncias estranhas ao substrato;
- 3.2.2- As superfícies a pintar serão protegidas quando perfeitamente secas e lixadas;
- 3.2.3- Todos os substratos deverão ser devidamente tratados, conforme as recomendações técnicas da ABNT e do fabricante dos materiais, valendo a primeira em caso de divergência.
- 3.2.4- Cada demão de tinta somente será aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca e curada, devendo-se observar o intervalo de tempo mínimo recomendado pelo fabricante entre as demãos sucessivas;
- 3.2.5- Igual cuidado deverá ser tomado entre as demãos de massa corrida,
- 3.2.6- Nas superfícies onde foi aplicada a massa corrida deverá haver um nivelamento de 95 a 100% antes da etapa de lixação.
- 3.2.7- Deverão ser adotadas precauções especiais, a fim de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura, como vidros, ferragens de esquadrias, móveis e outras. Para tanto deverão ser isoladas e protegidas as superfícies e peças com tiras de papel e fita adesiva adequada para a utilização em pinturas restauradas, pois a cola não poderá prejudicar as mesmas quando da retirada da fita. Deverão ser utilizadas lonas plásticas em todas as superfícies que não estiverem sendo pintadas e que não estiverem isoladas com papel e fita. Tais lonas deverão ser fixadas adequadamente no chão por meio de fitas adesivas que não danifiquem o piso.
- 3.2.8- Deverão ser usadas as tintas já preparadas em fábricas, não sendo permitidas composições, salvo se especificadas pelo projeto ou Fiscalização. As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas na proporção recomendada. As camadas serão uniformes, sem corrimento, falhas ou marcas de pincéis. Os recipientes utilizados no armazenamento, mistura e aplicação das tintas deverão estar limpos e livres de quaisquer materiais estranhos ou resíduos. Todas as tintas serão rigorosamente misturadas dentro das latas e periodicamente mexidas com uma espátula limpa, antes e durante a aplicação, a fim de obter uma mistura densa e uniforme e evitar a sedimentação dos pigmentos e componentes mais densos.
- 3.2.9- Para pinturas internas de recintos fechados, serão usadas máscaras com dois filtros tipo CQA, salvo se forem empregados materiais não tóxicos. Além disso, deverá haver ventilação forçada no recinto. Os trabalhos de pintura em locais desabrigados serão suspensos em tempos de chuva ou de excessiva umidade.



- 3.2.10- Os funcionários da contratada deverão usar cintos de segurança tipo-paraquedista com dois talabartes, capacetes, uniformes, crachás de identificação, óculos de proteção, máscara para pintor e luvas apropriadas.
- 3.2.11- Todos os materiais deverão ser recebidos em seus recipientes originais, contendo as indicações do fabricante, identificação da tinta, numeração da fórmula e com seus rótulos intactos. A área para o armazenamento será mantida limpa, sem resíduos sólidos, que serão removidos ao término de cada dia de trabalho.
- 3.2.12- As superfícies que receberão pintura deverão se apresentar firmes, curadas no caso de rebocos, sem partículas soltas, completamente secas, isentas de graxas, óleos, poeira, mofo, etc. Todas as superfícies receberão antes das tintas de acabamento, uma demão de fundo preparador de superfície apropriado às características da pintura de acabamento (selador) e do fundo.
- 3.2.13- As superfícies que contiverem materiais soltos ou pulverulentos deverão ser removidas até o substrato firme e isento de poeira.
- 3.2.14- Nos orçamentos deverão ser considerados os tipos de tintas e cores de referência, número de demãos, tipo de preparação do substrato, massa, andaimes tubulares, Pintores, ajudantes, Técnico em edificações para acompanhamento, Montador de andaime, Mobilização e Desmobilização e limpeza, Transporte vertical e transporte horizontal, descarte de entulho e todos os preços deverão incluir o BDI.
- 3.2.15- O andaime fachadeiro deverá ser o andaime tubular, modulado, específico para execução de serviços em fachadas. Seus quadros dispõem de medidas de 1,00m de largura por 2,00m de altura, facilitando a locomoção dos operários ao longo da fachada, favorecendo a rapidez e agilidade na execução dos trabalhos. O piso pode ser de madeira, estrado ou metálico.
- 3.3. A CONTRATADA deverá ao longo da obra procurar manter o canteiro e os locais em obra organizados e na medida do possível limpos. Concluídos os serviços em cada área, estas deverão ser limpas para facilitar a verificação por parte da fiscalização e vedado o acesso, utilizando fitas e cones de isolamento e placas de sinalização apoiadas na chão (tipo cavaletes).
- 3.4. Antes da entrega da obra deverá ser elaborada a limpeza geral dos pisos, parede, vidros, equipamentos e áreas externas.
- 3.4.1- Para a limpeza, deverá ser usado de um modo geral água e sabão neutro. O uso de detergentes, solventes e removedores químicos deverá ser restrito e feito de modo a não causar danos às superfícies e peças. Deverão ser utilizados apenas os produtos especificados pelos fabricantes dos materiais e componentes empregados na obra, restringindo-se às recomendações técnicas específicas para as peças restauradas. Quaisquer danos na limpeza ocasionarão a necessidade de restauro.



- 3.4.2- Os pisos de cerâmica serão limpos com produtos adequados, não sendo permitido o uso de soda cáustica.
- 3.4.3- Antes de ser utilizado material de limpeza específico às superfícies deverão ser limpas de respingos de tinta, manchas ou argamassa.
- 3.5. O entulho e restos de materiais, andaimes e outros equipamentos de obra deverão ser removidos. Não poderão ser deixadas peças soltas de andaimes ou materiais soltos entre cada dia de trabalho.
- 3.6. Não serão aceitos materiais com prazo de validade vencido ou prestes a vencer, cuja aplicação seja efetuada quando da expiração do respectivo vencimento.
- 3.7. A qualidade da pintura deverá ser tal que, após a última demão de pintura e consequente cura da mesma, o resultado final de acabamento deve permitir o deslocamento de um pano úmido de algodão molhado com água potável e esforço máximo com um braço, em dois sentidos, uma vez em cada sentido, no mesmo local, sem que a pintura seja danificada ou haja manchas sobre o pano. Tal teste poderá ser efetuado aleatoriamente pela fiscalização do contratante junto à contratada. Alternativamente, a empresa poderá efetuar cinco ensaios de abrasão úmida e cinco testes de lavabilidade, conforme as recomendações na NBR, em pontos a serem escolhidos pelo contratante e sem ônus para o mesmo.
- 3.8. A Contratada se obriga a obter todas as licenças, alvarás, aprovações e quaisquer outras formalidades que vierem a ser necessárias ao Projeto, perante órgãos municipais, estaduais e federais, pagando emolumentos e taxas correspondentes.
- 3.9. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto deste documento.
- 3.10. A Contratada fornecerá todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, dando andamento conveniente aos serviços, de modo que possam ser integralmente cumpridos os prazos estabelecidos.
- 3.11. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.
- 3.12. Designar preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do Contrato e até a conclusão e entrega da respectiva obra.
- 3.13. Acatar todas as exigências do Contratante, sujeitando-se a sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 3.14. Cumprir todas as orientações do Contratante para a fiel prestação dos serviços.



- 3.15. Reparar, corrigir ou substituir pranchas e documentos, às suas expensas, no total ou em parte, nas quais se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da não observação das normas técnicas vigentes.
- 3.16. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 3.17. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.
- 3.18. Comunicar ao Contratante, com antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem a prestação dos serviços no prazo estipulado.
- 3.19. Comunicar ao Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a prestação dos serviços.
- 3.20. Não transferir a outrem, no todo ou em parte as obrigações assumidas no Contrato.
- 3.21. Fornecer todos os materiais necessários aos serviços contratados, tais como andaimes, pincéis, rolos, fitas, bandejas, lixas, prolongadores, tintas, preparadores de base, seladores, massas corridas, espátulas, ventiladores, solventes, esponjas etc.
- 3.22. Caso a fiscalização perceba que os pintores e/ou quaisquer operários estejam, durante a execução dos serviços, colocando em risco a integridade das instalações prediais e/ou usuários dos prédios, bem como faltando com o decoro devido em instalações públicas federais, estes deverão ser substituídos imediatamente pela empresa contratada, ficando o fato registrado no devido Diário de Obras.
- 3.23. Os serviços serão iniciados após a emissão da ART registrada no CREA, pela contratada;
- 3.24. Deverá ser fornecido um Diário de Obras pela contratada, no qual deverão constar o dia, condição climática, nomes e funções dos trabalhadores, técnico em edificações presente, materiais e equipamentos utilizados e serviços efetuados. Deverá constar a assinatura da fiscalização e do preposto pela contratada, bem como um campo para observações da fiscalização.
- 3.25. A contratada deverá fazer um relatório fotográfico do andamento dos serviços, sendo a entrega do mesmo condição necessária ao "atesto" da nota fiscal referente aos serviços contratados. Tal relatório deverá ser mensal e entregue em mídia, formato JPG e impresso colorido em duas vias.
- 3.26. Fornecer toda a mão de obra necessária aos serviços contratados, tais como pintores, ajudantes e montadores de andaimes.
- 3.27. Os serviços deverão ser acompanhados diariamente por técnico em edificação, que deverá permanecer no local durante todo o período em que os mesmos estiverem sendo executados. Tal técnico em edificações deverá possuir o seu devido regular





registro no CREA e será indicado como preposto pela empresa na referida contratação.

#### **4. Considerações Gerais**

##### **4.1 - Serviços que não serão permitidos dentro das instalações do CCJF:**

- 4.1.1- Perfurações ou intervenções de quaisquer tipos que danifiquem alvenarias, pisos de madeira e de cerâmica, contrapisos, azulejos, cerâmicas, cimentados, pavimentações, emboços, rebocos e ladrilhos, exceto se autorizados pela fiscalização;
- 4.1.2- Modificações e/ou quaisquer intervenções que descaracterizem, danifiquem ou alterem as pinturas de alvenarias (paredes), madeiras, metais, vitrais, gessos, esquadrias, concreto e pisos;
- 4.1.3- Instalações de estruturas ou montagens que impeçam a visibilidade de fachadas ou vitrais, ou que oblitarem prismas de ventilação, exaustão ou portas, janelas e basculantes;
- 4.1.4- Quaisquer montagens ou estruturas que impeçam a acessibilidade às dependências do CCJF;
- 4.1.5- Projetos que possam oferecer quaisquer riscos de morte ou ameaça à integridade física aos usuários dos prédios, bem como quaisquer riscos ao patrimônio cultural do prédio, tais como:
- 4.1.6- Quaisquer tipos de ignições, apoios e estruturas hipostáticas ou com riscos de tombamentos, utilização de fluidos líquidos e gasosos, obliteração do escape de incêndio etc.;
- 4.1.7- Utilização de carga elétrica com corrente nominal acima da especificada nos disjuntores dos quadros de distribuição de luz e força ou de voltagem inadequada às tomadas existentes no local;
- 4.1.8- Utilização de quaisquer sobrecargas, cuja massa distribuída seja superior a 150 Kg/m²;
- 4.1.9- Instalações efetuadas fora do raio de visibilidade das câmeras de segurança do CFTV do prédio;
- 4.1.10- Instalações que possam provocar quaisquer tipos de danos, por menor que sejam, à integridade de quaisquer instalações do prédio do CCJF, seja por via direta (causadora do dano) ou indireta (geradora de risco do dano).

#### **5. Em caso de respingos na pintura ou danos ao patrimônio do CCJF:**

5.1- Caso a contratada venha a danificar (ou alterar) quaisquer pinturas, alvenarias, vitrais, esquadrias, metais, pisos, revestimentos em geral, lustres e luminárias, todos tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional, seja por ação direta (serviço executado pela empresa) ou por ação indireta (danos causados pela falta de manutenção, tal como ralos entupidos etc.) deverá a contratada restaurar o patrimônio danificado ao que era originalmente. Ressaltando-se que, para haver a perfeita restituição do patrimônio histórico danificado ao erário, conforme legislação vigente, é necessário realizar a restauração do bem ao seu estado original, para o que será necessário a aprovação do projeto junto aos





Órgãos Municipal, Estadual e Federal, onde constam os processos de tombamento do CCJF. A contratada poderá realizar diretamente a restauração, pelo que será fiscalizada pelos órgãos citados, devendo, portanto, utilizar-se de contratação de empresa/profissional especializados em restaurações, porém, poderá também ressarcir o Contratante do custo total da restauração.

## 6. Cronograma Físico Financeiro e Medição dos serviços:

A medição será efetuada após o término dos serviços e entrega do Recebimento Definitivo dos mesmos.

## 7 . PLANILHA DE PREÇOS

PLANILHA DE PREÇOS					
ITEM	SERVIÇO	QUANT.	UN.	PREÇO (R\$) /UN	PREÇO TOTAL (R\$)
1.1	Uma demão nas paredes de Verniz antipichação poliuretano alifático brilhante fosco de alta performance e bi-componente, rendimento de 60 m2/ gl/ demão ou superior com secagem ao toque em 20 minutos e 1hora entre demãos. Incolor e sem brilho. Referência Verniz Anti Pichação da Sherwin Willians ou similar	210	m²	9,74	2.046,30
1.2	Duas demãos nas vigas de Látex Premium Acetinado PVA cor código S154 ref 1127 cor Papel Picado B148 ou Ref. Suvinil Clásica Maxx ou similar;	16	m²	7,36	117,80
1.3	Duas demãos nas paredes de Látex Premium Acetinado PVA Linho Ref. 1135 Cor Lamparina Código V100 da Suvinil ou similar:	1234	m²	8,95	11.044,69
1.4	Duas demãos nas paredes de Acrílico Premium Fosco Tico Tico D378 Suvinil ou similar	460	m²	8,95	4.117,15
1.5	Duas demãos nos tetos de Branco Neve PVA Suvinil ou similar	380	m²	7,56	2.871,75
1.6	Uma demão nas paredes de Liquibase ou selador de rebocos Suvinil ou similar;	1614	m²	4,33	6.989,91
1.7	Uma demão com regularização de paredes e tetos de Massa corrida PVA de primeira linha Suvinil ou similar	160	m²	5,05	808,42
TOTAL (R\$)					27.996,02
BDI 27,82%					10.790,38
VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS (R\$)					38.786,40

## 8. PLANTAS